



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 33 21 de setembro de 2025



Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Resposta à crise política agravada com a condenação pelo STF de Bolsonaro e de seu grupo palaciano golpista

- A ultradireita bolsonarista e seus aliados de direita e centro-direita agem para anular a penalidade
- O Congresso Nacional funciona como a principal caixa de ressonância em favor dos golpistas
- Em resposta, o PT e aliados resistem à anistia encastelados no governo Lula e no Congresso Nacional
- O conflito político interburguês se dirige à disputa presidencial
- A crise política tem se agravado com a intervenção do imperialismo norte-americano
- A classe operária e os demais explorados estão à margem da confrontação no poder do Estado entre forças da política burguesa
- As direções sindicais e dos movimentos populares comprometem a independência política dos explorados ao se perfilarem por detrás das disputas interburguesas
- A derrota da ultradireita e de seus aliados antidemocráticos não virá das entranhas das instituições do Estado burguês
- O jogo eleitoral prematuramente em curso é a via para manter a classe operária e demais explorados como massa de manobra das forças políticas em disputa
- A luta democrática da maioria oprimida contra a direita fascizante não se confunde com a defesa do Estado burguês, do seu regime político e do governo de plantão
- A resposta da classe operária à crise política se apoia na defesa de um programa e estratégia própria de poder
- Somente um Tribunal Popular constituído desde as bases operárias pode punir do ponto de vista de classe os crimes da burguesia e de seus partidos

A intervenção de Trump em defesa de Bolsonaro expôs a amplitude e profundidade da crise política no Brasil. O fundamental está em que o julgamento dos golpistas se deu nas condições de ataque do imperialismo à soberania nacional. O movimento pela anistia carrega em suas entranhas a subordinação do país aos ditames dos Estados Unidos. Os bolsonaristas e seus aliados no Congresso Nacional evidenciam até que ponto o seu patriotismo verde-amarelo abriga o servilismo ao capital norte-americano, que há dois séculos saqueia as riquezas da semicolônia brasileira.

As pressões para que Bolsonaro não sofresse punição a seus atos militaristas e antidemocráticos continuam tendo seus reflexos antinacionais na forma de reação encabeçada pelo Partido Liberal (PL), aliados do Centrão e forças religiosas. O movimento pela anistia se vale da ofensiva de

Trump, que impôs o tarifaço e aplicou a prepotente Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) e restrições a autoridades do governo, como no caso do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O Congresso Nacional não só foi incapaz de reagir à altura da defesa da soberania do país diante das medidas de Trump, como também continua servindo de instrumento de intervenção do imperialismo sob a máscara da anistia. Bolsonaro está com seus direitos políticos cassados por conspirar contra os próprios mecanismos da democracia burguesa. Foi punido pelas próprias leis da democracia burguesa. Os seus partidários, portanto, continuam seguindo o curso antidemocrático. Utilizam-se da figura da anistia para manter de pé as forças ultradireitistas, que somente não impediram Lula de tomar posse porque fracassou o golpe de Estado.

O conteúdo político da anistia é o de contestar a decisão judicial que reconheceu a existência da conspiração golpista. Trump colocou sobre o STF os signos de “caça às bruxas” e “perseguição política”. Não houve, no entanto, como os escritórios advocatícios contestarem nos fatos que no interior do Palácio do Planalto tivesse ocorrido um planejamento de ações militares para inviabilizar a posse de Lula. Bolsonaro e seu grupo palaciano dimensionaram incorretamente sua capacidade de unir as Forças Armadas, contar com o apoio de poderosos setores da burguesia e se valer do poder de mobilização de seus partidários nos estados da federação. Com o fracasso do golpe, Bolsonaro não teve como se livrar do processo, usar o apoio de Trump e se resguardar da condenação por meio de sua influência no Congresso Nacional. Não poderá se livrar do confinamento.

A possibilidade de uma anistia “ampla e irrestrita” é quase nula. A negociação em andamento por algum tipo de bonificação aos condenados de 8 de janeiro de 2023 poderá auxiliar nos objetivos políticos dos bolsonaristas e aliados. Tudo indica que não há como o Congresso Nacional derrubar a condenação de Bolsonaro e seu núcleo de militares golpistas. Nesse terreno, a ultradireita tem de assumir a derrota jurídica e política. Eis por que, quanto a isso, o movimento pela anistia da “organização criminosa”, como classificou o STF, perde transcendência.

A dissensão entre a maioria do Congresso Nacional com o STF não se limita à crise provocada pelo golpismo. É grande a resistência da ultradireita, direita e centro-direita que controlam o Legislativo às delimitações que vêm sendo determinadas pelo STF. A relação de poder entre o Executivo e o Congresso Nacional tem sido cada vez mais atritosa desde que se constituiu a Nova República em 1985. O restabelecimento do regime democrático se deu sobre a base histórica das divisões e predomínio das oligarquias.

A instituição das emendas parlamentares elevou a oligarquização do Congresso Nacional ao seu ponto mais alto. O orçamento secreto montado desde os governos Temer e Bolsonaro nunca foi devidamente aberto e desvendado. Sua reconstituição e adaptação sob o governo Lula, não só manteve a herança do orçamento secreto como criou outras vias para a utilização particular pelos partidos e determinados grupos da oligarquia partidária das milionárias emendas parlamentares. É claro que a tentativa do STF de regulamentar seu uso em nome da “transparência” atizou as desavenças entre os poderes da República.

Na esteira da crise política, a Câmara de Deputados acaba de aprovar a denominada PEC das Prerrogativas, rebatizada pela oposição de PEC da Blindagem. Trata-se de um mecanismo de proteção aos parlamentares investigados por crimes de corrupção. São muitos que se utilizaram das emendas parlamentares para fins particulares. Segundo informações, 108 parlamentares sofrem inquéritos policiais. Chamou a atenção os doze votos dos deputados do PT em favor da PEC da Blindagem.

Com ou sem blindagem, o Congresso Nacional é constituído de camarilhas partidárias vincula-

das a todo tipo de falcaturas. Sabe-se, inclusive, que aí está presente a influência do narcotráfico. Não há como modificar a natureza oligárquica dos partidos e do Congresso Nacional por meio de regulamentação judicial e investigação policial. Todas as instituições do Estado burguês se assentam no capitalismo em desintegração e na falência histórica da burguesia nacional.

É imperativo ter mais claro possível o estágio de decomposição da democracia burguesa e, portanto, dos partidos que sustentam o Estado capitalista. O choque da ultradireita e aliados com a esquerda burguesa e pequeno-burguesa em torno à anistia e à PEC da Blindagem ocorre nos marcos da putrefação da democracia burguesa, e, em última instância, da disputa eleitoral de 2026.

A posição democrática da classe operária e demais explorados em relação a esse choque é a da resposta programática que corresponde à necessidade histórica da revolução social. Trata-se do objetivo revolucionário de derrubar o poder da burguesia e a dominação do imperialismo sobre o país. Um governo operário e camponês é capaz de expropriar e nacionalizar o grande capital. O fundamento dessa luta se encontra no combate ao domínio imperialista e à opressão de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida.

Devido ao caráter embrionário da construção do Partido Operário Revolucionário (POR), os explorados acabam se sujeitando às divisões e disputas interburguesas. Impera a política de colaboração de classes nos sindicatos, centrais e movimentos populares. Esse é o campo que vem protagonizando as bandeiras de “não à anistia” e “não à PEC da Blindagem”. Tais direções alimentam a ilusão sobre a possibilidade de reformar a democracia oligárquica e fechar passagem à ultradireita pela via das eleições. Renunciam à luta de classes e intervêm por meio da burocracia sindical no sentido de desviá-la e bloqueá-la.

As manifestações contra a anistia e a PEC da Blindagem não se propõem a levantar as massas contra a intervenção imperialista dos Estados Unidos e contra todas as medidas antinacionais e antioperárias aprovadas no Congresso Nacional e impulsionadas pelos governantes. Não se propõem a organizar uma frente única anti-imperialista desde os locais de trabalho e de moradia. Não se propõem pôr em marcha um movimento de defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas. Não se propõem combater pelo direito irrestrito de greve e de manifestação (nesse exato momento a greve dos metalúrgicos da Embraer sofreu intervenção policial). Não se propõem a convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisação, como ponto de partida de um movimento unitário e independente da classe operária e demais trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) intervém nas manifestações, que formalmente se colocam contra o golpismo da ultradireita, com uma política e estratégia revolucionária completamente distintas. Levanta a bandeira de um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia. Levanta a bandeira da frente única anti-imperialista para combater o intervencionismo norte-americano no Brasil e na América Latina.